



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
DE MINAS GERAIS

1Ata da 288ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança  
2e do Adolescente - CEDCA/MG, realizada aos **vinte** dias do mês de fevereiro de 2014  
3em sua sede, sala de plenária - Av. Amazonas 558 - 7º andar - Centro - Belo  
4Horizonte, com início às 9:50h. Em obediência ao ato presidencial convocatório na  
5forma e horário regimental, Dr. Ananias Neves Ferreira, Presidente em exercício,  
6solicitou que se procedesse a chamada dos Conselheiros, sendo constatada a  
7presença dos seguintes conselheiros: Ananias Neves Ferreira (Titular - Centro de  
8Voluntariado ao Menor CEVAM), Hudson Roberto Lino (Titular - Associação  
9Beneficente Ágape), Ricardo Augusto Zadra (Titular - Secretaria de Estado de  
10Fazenda), Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Titular - SEDESE), Andreia Cristina  
11Barreto (Kinder Not Hilfe-KNH Brasil), Solange Vieira de Faria Franca (Suplente -  
12Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social-SEDESE), Raymundo Rabelo  
13Mesquita (Titular - Inspetoria São João Bosco-ISJB), José Ismar da Costa (Titular-  
14Sindicato das Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas  
15Gerais - SINIBREF/MG), Maria Juanita Godinho Pimenta (Titular - SEDESE), Simone  
16Vieira (Titular - Convenção Batista Mineira), Alessandra Martins (Suplente - SEDESE),  
17Cleverson Natal de Oliveira (Suplente - PMMG), Clodoália Nobre Barbosa (Titular-  
18Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG), Elaine Rocha Maciel (Suplente-  
19Secretaria de Estado de Defesa Social - SEDS), Elisabeth Terezinha de Oliveira  
20Dinardo Abreu (Titular - Polícia Civil), Claudinei Santos Lima (Suplente - Axé Criança),  
21Paulo Henrique Freitas Carvalho Costa (Suplente - Fundação CDL-Pró Criança), Dep.  
22Fabiano Galleti Tolentino (Titular - Assembleia Legislativa de Minas Gerais), Rejane  
23Alves (Suplente - Secretaria de Estado da Saúde), Carlos Roberto Beto da Silva  
24(Associação de Deficientes do Estado de Minas Gerais - ADEFOM), Liva Ansaloni  
25Fortes (Suplente - Fundação Benjamin Guimarães - Hospital da Baleia), João Alves  
26Crisóstomo (Suplente - Associação Pingo de Luz). Representantes do Ministério  
27Público: Promotora de Justiça Dra. Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth;  
28Promotor de Justiça Dr. Gustavo Rodrigues Leite (Governador Valadares). Presente  
29ainda a Sra. Marla Louredo Paiva (CAO-IJ/MG), Jailane Pereira da Silva  
30(Superintendente - SEDESE). Ausências **justificadas**: Rita Ferreira da Silva Alves  
31(Titular-Associação Instituto Solidário Comunitário Assistencial), Maria de Fátima  
32Mayrinck Brito (Titular- Associação do Amor), Maria Madalena de Melo e Silva  
33(Suplente - Secretaria de Estado da Educação), Ângela Amerícia Leite (Titular - União  
34Brasileira de Educação e Ensino - UBEE), Maria Margareth Pereira (Suplente -  
35Providência Nossa Senhora da Conceição), Camila Silva Nicácio (Titular - Secretaria  
36de Estado de Defesa Social), Adriana Alves de Almeida (Titular - Secretaria de Estado  
37de Saúde), Elizabeth Moreira dos Santos (Suplente - Associação Mineira de  
38Reabilitação - AMR), Edson Perpetuo Socorro e Almeida (Titular - Associação 04 de  
39Agosto - Associação Mobilizadora de Ações de Resgate a Cidadania de Crianças e  
40Itinerantes), Ricardo Luiz Amorim Gontijo Foureaux (Titular - Polícia Militar de Minas  
41Gerais). **Injustificadas**: Eny Lauriano da Silva (Suplente - Pastoral do Menor Regional  
42Leste II - CNBB), Stanley Ramos Gusman (Suplente - Instituto Ajudar), Auxiliadora  
43Salles Gonçalves (Suplente-Secretaria de Estado da Fazenda), Maria Geralda Vilela  
44Cupertino (Titular - nomeada aguarda posse para representação da Secretaria de  
45Estado de Educação), Deputado Ulysses Gomes (Suplente - Assembleia Legislativa

46de Minas Gerais). Aberto os trabalhos em consonância aos ditames regimentais, o  
47Presidente em exercício nos trabalhos de mesa, cumprimentou a todos e passou à  
48apreciação dos pontos de pauta. Foi solicitado por Eliane Quaresma Caldeira de  
49Araújo a supressão do 7º item - Resolução do Comitê de Proteção Integral de  
50Crianças e Adolescentes. O pedido foi acatado. Em seguida Maria Juanita Godinho  
51Pimenta pediu a palavra para solicitar a inclusão da discussão da Resolução  
52nº56/2013, informando que há cerca de vinte dias enviou formalmente pedido de  
53inclusão na pauta por se tratar de demanda do CAO-IJ -MG e de discussão a ser feita  
54em conjunto com o Conselho de Assistência Social. Relatou que há pontos  
55divergentes e contraditórios nesta resolução que precisam ser revistos, e,  
56principalmente, discutidos em conjunto. Ananias Neves Ferreira interveio para informar  
57que esta matéria já está pautado e será objeto de discussão em “Grupo de Trabalho  
58voltado a estudo específico do tema, Finalizou dizendo que será construída agenda de  
59reuniões em breve. Na oportunidade citou o item 12º da pauta de hoje (Resolução 466  
60- CEAS/MG), que contempla o solicitado pela conselheira por se tratar do mesmo  
61grupo de discussão. Disse que as normativas serão apreciadas no referido grupo de  
62forma conjunta, acoplando-se, portanto, a citada resolução nº56/2013 na discussão.  
63Os conselheiros estão informados da necessidade de discussão destas matérias em  
64conjunto, e, será marcada a primeira reunião do grupo. Maria Juanita Godinho  
65Pimenta ressaltou a importância da participação do CEAS, por se tratar de discussão  
66de parâmetros de política de assistência social, e o CEDCA/MG só tem a ganhar com  
67esta parceria, propiciando uma discussão rica e completa sobre acolhimento  
68institucional. Na sequência Ananias Neves Ferreira falou com satisfação do  
69recebimento do resultado da votação da PEC nº33 em Brasília. A Comissão de  
70Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou por 11 votos a 08, proposta que  
71permitiria ao Judiciário condenar à prisão menores de 18 e maiores de 16 anos de  
72idade responsáveis por crimes hediondos. A Proposta de Emenda à Constituição  
73(PEC) nº33/2012 de autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP),  
74estabelecia como competência privativa do Ministério Público especializado nas áreas  
75de infância e adolescência o oferecimento de denúncia nesses casos, após análise  
76técnica das circunstâncias psicológicas e sociais que envolvem o crime. Trata-se de  
77uma vitória para os Conselhos e para todos que militam na área em defesa do  
78princípio da proteção integral. Contudo, afirmou: mesmo após essa vitória não se pode  
79relaxar, mas vigiar sempre, pois, a todo momento atribuem aos adolescentes a culpa  
80pelo caos social vivido pela atual sociedade, com o aumento da violência e  
81criminalidade. Na sequência, O Presidente em exercício informou que a Sra. Maria  
82Juanita Godinho Pimenta foi nomeada Subsecretária de Direitos Humanos da  
83SEDESE, e, representará a SEDESE no CEDCA/MG. Manifestou satisfação em  
84recebê-la como conselheira, esperando trabalhar em parceria pelo superior interesse  
85da criança e do adolescente. Convidou-a a assinar o livro de posse como conselheira  
86titular. Logo após também foram empossadas as conselheiras: Solange Faria Vieira  
87Franca (suplente) e Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (titular), ficando assim  
88alterada a representação da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, - SEDESE  
89no CEDCA/MG. Como representante da sociedade civil foi empossado o conselheiro  
90suplente Carlos Roberto Beto da Silva, representante da Associação de Deficientes do  
91Estado de Minas Gerais - ADEFOM. Antes de passar ao primeiro ponto da pauta,  
92Ricardo Zadra pediu a palavra. O conselheiro saudou as conselheiras empossadas e  
93disse que gostaria de fazer uma reflexão acerca de matéria aprovada em sessão  
94plenária passada, citando a emenda regimental que exige um ano de experiência  
95(efetivo exercício) para o conselheiro indicado a compor a presidência do CEDCA/MG.  
96Disse saber que se trata de matéria vencida, já aprovada em plenária, mas que queria

97deixar esta reflexão registrada, salientando também que muitos outros pontos do  
98regimento interno merecem ser revistos. Em seu entendimento, se isto for levado a  
99termo, quando houver mudança total de indicação de conselheiro governamental pelo  
100Governador, especialmente em início de mandato, a área governamental ficará  
101prejudicada, não podendo assumir a Mesa. Neste instante, Ananias Neves Ferreira  
102interveio informando que em nenhum momento da história do CEDCA/MG aconteceu  
103do Governador alterar totalmente os conselheiros governamentais, citando o caso do  
104próprio conselheiro Ricardo Zadra, que representa a Secretaria de Estado da Fazenda  
105no Conselho há uma década. Informou também que há tempos vem sendo pugnada  
106uma reforma administrativa (toda a legislação) deste CEDCA/MG, e, para isto,  
107ressaltou, espera contar com a parceria do Deputado Fabiano Tolentino na  
108Assembleia Legislativa. Faz-se necessário uma revisão da Lei de criação do Conselho  
109Estadual, uma luta travada desde seu primeiro ano de mandato. Citou para  
110exemplificar sua posição, a proposta de inclusão das Secretarias de Políticas básicas  
111na composição do Conselho, como a Secretaria de Cultura e a de Esporte. A  
112conselheira Maria Juanita Godinho Pimenta concordou com Ricardo Zadra e  
113acrescentou que ao assumir o CEDCA/MG estudou sua legislação, constatando  
114algumas aberrações que precisam ser atualizadas, é claro, a luz das normativas  
115estaduais e nacionais. Fala-se em colegiado paritário, quando na verdade a suplência  
116é apenas para a sociedade civil, sendo que na área governamental a suplência é  
117vinculada à própria Secretaria. Informou que vem da assistência social, onde possui  
118larga experiência e conhecimento, contudo, mesmo indicada pelo Secretário para  
119assumir a Presidência do CEDCA/MG, não poderá fazê-lo pelo impedimento da  
120exigência da emenda aprovada recentemente. Ressaltou que não se trata de nos  
121posicionarmos como inimigos, mas irmanarmos em favor da infância no estado. A  
122Secretária Geral do CEDCA/MG Andréa Cristina Barreto se manifestou dizendo que a  
123ausência do governo nas plenárias não se dá devido a número maior ou menor de  
124suplências, mas por falta de compromisso com o Conselho. Disse que ano passado,  
125Ananias Neves Ferreira não era Presidente, mas precisou presidir várias sessões  
126plenárias, devido a ausência da Presidente, que era da SEDESE nas reuniões. O  
127conselheiro Dep. Fabiano Tolentino se colocou a disposição do CEDCA/MG nesta  
128tarefa de revisão de sua legislação. Contudo, esclareceu que pode demorar um pouco  
129devido ao calendário deste ano, copa do mundo, eleições e etc. Informou que o tempo  
130mínimo de tramitação, incluindo-se comissões e votações em 1º turno do plenário, é  
131de cerca de 6 meses. Fechando este assunto foi proposto e acatado por todos o  
132seguinte encaminhamento: Constituição de uma **Comissão para proceder a estudo**  
133**da revisão de todas as normativas do CEDCA/MG**, com os seguintes **integrantes**:  
134Ananias Neves Ferreira, José Ismar da Costa, Simone Vieira, Maria Juanita Godinho  
135Pimenta, Solange Vieira Faria Franca, Dep. Fabiano Tolentino, representante do  
136Ministério Público e da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do  
137Adolescente/MG. Logo após, a conselheira Solange Franca perguntou se a eleição da  
138Diretoria Executiva (Mesa Diretora) estava pautada. Ananias Neves Ferreira  
139respondeu que sim, e que o procedimento seria o de praxe, suspender a sessão por  
140alguns minutos para que os governamentais se reúnam e retornem com a indicação  
141do nome. Esgotada a discussão em torno dos itens da pauta, esta foi votada e  
142aprovada pela unanimidade dos conselheiros, em conformidade com os ditames  
143regimentais. Logo após passou-se ao primeiro ponto da pauta: **Aprovação da Ata da**  
144**Plenária nº287** realizada em 20/12/2013. O documento foi **colocado em votação e**  
145**aprovado** por 13 votos a favor, 4 votos de abstenção e um voto contrário. Avançando  
146na pauta foi concedida a palavra à Superintendente da SEDESE - Jailane Silva os  
147informes da Escola de Conselhos. A Superintendente relatou que ainda não foi

148elaborada a minuta de resolução a ser apreciada pela Comissão de Apoio aos  
149Conselhos Municipais e Tutelares do CEDCA/MG referente a Escola de Conselhos, de  
150forma a viabilizar a reestruturação do Grupo Gestor, bem como que seja acordado  
151calendário de etapas e atividades a serem cumpridas, para que na plenária do mês de  
152março a proposta seja avaliada. O encaminhamento contou com o apoio do  
153conselheiro Claudinei dos Santos Lima que representa o CEDCA/MG no Grupo Gestor  
154da Escola. Para tanto foi aprovado o seguinte cronograma: I - dia 21.02.14 - reunião  
155do Grupo Gestor onde haverá um aprofundamento da temática e discussão sobre a  
156sistemática e distribuição do trabalho e responsabilidades entre os membros do Grupo  
157para a elaboração da minuta de resolução; II - de 24 a 28.02.14 - redação (pelos  
158integrantes do Grupo) das atribuições da instituição que representam; III - De 03 a  
15917.03.14 - adequação do documento, considerando a proposta apresentada pelas  
160instituições; de 17 a 21.03.14 - revisão da minuta mediante contribuição dos membros  
161do Grupo; de 21.03 - distribuição da minuta nas Comissões do CEDCA/MG; dia  
16226.03.14 - apresentação e discussão da minuta pelo Grupo Gestor durante a reunião  
163ordinária da Comissão de Apoio aos Conselhos Municipais e Tutelares do  
164CEDCA/MG, dia 26.03.14 reunião conjunta para apreciação do documento (Comissão  
165de Normas e CPP); dia 27.03.14 - apresentação do documento em plenária.  
166Terminado este informe, o Presidente em exercício suspendeu a sessão plenária por  
167alguns minutos para que os conselheiros governamentais se reunissem e retornassem  
168com o nome para assumir a Presidência do CEDCA/MG. Feito isto e retomado os  
169trabalhos, a conselheira **Eliane Quaresma Caldeira de Araújo** foi apresentada como  
170indicada a compor a atual Diretoria Executiva (Mesa Diretora) para a complementação  
171de mandato governamental na Presidência. **A conselheira foi eleita por aclamação.**  
172Ananias Neves Ferreira imediatamente passou a condução dos trabalhos à Presidente  
173eleita e empossada. Eliane Quaresma Caldeira de Araújo relatou que atendeu ao  
174chamamento do Secretário, e que naquele momento renovava o compromisso com o  
175Conselho. A exemplo de Maria Juanita Godinho Pimenta, iniciou sua trajetória na  
176assistência social, e espera trabalhar em parceria com ela e com os demais  
177conselheiros. Como estava assumindo uma pauta em andamento, e que não foi  
178construída por ela, consultou o plenário acerca do horário de almoço. Ficou acordado  
179que o horário de 12:30 às 13:30h. Havendo tempo suficiente neste final de manhã  
180para apreciação dos processos de retirada de valor captado mediante chancela,  
181passou-se à apreciação. São eles: **Projeto nº01/2014** intitulado: Vita Vida,  
182proponente: **SERVAS** - valor: R\$960.000,00. **Projeto nº 02/2014** intitulado: Valores de  
183Minas, proponente: **SERVAS** - valor: R\$1.240.000,00. Os dois projetos  
184supramencionados obtiveram parecer favorável das três comissões temáticas,  
185políticas públicas, normas, orçamento e finanças, sendo votados e aprovados por 17  
186votos a favor e um voto de abstenção. **Projeto nº01/2013** intitulado: Jovens Tecendo  
187Amanhãs, proponente: **OSCIP - MONSA - Monselhor Antônio Gomes Soares**  
188(Almenara), valor: R\$66.391,36. Este projeto obteve parecer favorável das três  
189comissões, sendo colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos  
190conselheiros. Na sequência foi apreciado o Projeto **nº13/2013** intitulado: Salvando  
191Vidas, proponente: **Associação São Miguel Arcanjo** - valor: R\$178.400,00. O projeto  
192obteve parecer favorável das três comissões temáticas. Ananias Neves Ferreira pediu  
193a palavra para registrar que: “o fato de autorizarmos a aprovação deste projeto, não  
194quer dizer deixaremos de monitorar a execução deste convênio, cabendo ao CMDCA  
195local o acompanhamento desta entidade, no que concerne aos princípios da proteção  
196integral”. Inicialmente o projeto apresentou irregularidades ligadas ao atendimento,  
197com atividades que feria a doutrina da proteção integral. A entidade foi notificada, o  
198projeto refeito e reapresentado atendendo às solicitações da Comissão de Políticas

199Públicas no mérito. Este projeto retornou com a aprovação do Conselho Municipal de  
200Direitos de Barbacena, e com a mudança no estatuto da entidade, condições que  
201possibilitaram sua tramitação. Foi proposto que o conselheiro Claudinei dos Santos  
202Lima, que mora nesta região, proceda monitoramento desta entidade no que concerne  
203as atividades que possam ferir o princípio da proteção integral, e a execução deste  
204convênio. Este projeto foi colocado em votação e aprovado por 06 votos a favor, 09  
205votos de abstenção e 01 voto contrário. Feito intervalo para o almoço, e reabertura da  
206sessão plenária às 13:45h. A Presidente, Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, após  
207conferência de quorum, iniciou os trabalhos da tarde consultando o plenário acerca da  
208possibilidade de antecipar o 8º ponto da pauta - **Comissão Especial - Centro**  
209**Socioeducativo São Francisco de Assis** para aquele momento. Tendo em vista o  
210avançado da hora, que já comprometia o horário de retorno do Promotor Dr. Gustavo  
211Leite à Governador Valadares, todos concordaram com a inversão na pauta.  
212Raymundo Rabelo Mesquita (coordenador da Comissão de Medidas Socioeducativas)  
213informou que a Comissão se reuniu ontem, com sua presença e das conselheiras  
214Maria Margareth Pereira, Elaine Maciel e Elizabeth Oliveira Dinardo. Disse que boa  
215parte da reunião se destinou a discussão da situação deste Centro Socioeducativo,  
216mesmo não tendo recebido oficialmente o relatório da Comissão Especial, constituída  
217pelos conselheiros: Hudson Roberto Lino, Rita Ferreira Alves e Maria de Fátima  
218Mayrinck Brito. No momento, disse que gostaria de ouvir o que a Comissão tem a  
219dizer. Na sequência Ananias Neves Ferreira procedeu à leitura do ofício nº18/2014  
220-CAO-IJ/MG enviado ao Conselho relatando a situação do Centro Socioeducativo,  
221bem como cópia do processo de ação civil pública movida pelo Ministério Público, que  
222demandaram imediata tomada de posição deste CEDCA/MG. Este ofício foi lido na  
223íntegra pelo conselheiro Paulo Costa. De volta com a palavra Ananias Neves Ferreira  
224citou a publicação do “Ato da Diretoria Executiva” - 30/01/2014 - que instituiu a  
225Comissão Especial para inspecionar o Centro Socioeducativo São Francisco de Assis,  
226verificando suas instalações e desenvolvimento de seu programa socioeducativo, em  
227conformidade com a Lei 12.594/2012 (SINASE) para verificar a situação da referida  
228unidade socioeducativa de internação. Constituem esta Comissão os conselheiros  
229estaduais: Hudson Roberto Lino, Rita Ferreira Alves, Maria de Fátima Mayrinck. Logo  
230após Hudson Lino informou que quando os membros da Comissão Especial visitaram  
231o Centro Socioeducativo, os adolescentes já tinham retornado da Escola Estadual em  
232que ficaram abrigados da chuva. A saída dos adolescentes foi solicitada pela  
233Secretaria de Estado de Educação, tendo em vista o início do ano letivo. Durante a  
234designação para a inspeção fez contato e se reuniu com os conselhos tutelares do  
235município, para se inteirarem dos relatórios dos conselheiros de visitas realizadas ano  
236passado no Centro, e também de anos anteriores. Se constatou durante a visita que o  
237acesso ao Centro foi complementante destruído pela ação da chuva. A Prefeitura  
238tentou improvisar uma ponte, mas o acesso tem ocorrido mediante trilha em estrada  
239de ferro, cujo proprietário de sítio vizinho à unidade forneceu cópia da chave da  
240porteira para que os funcionários passassem por lá. Outra situação verificada é com  
241relação aos funcionários que estão deixando seus veículos estacionados em conjunto  
242residencial próximo, e utilizam a pinguela improvisada pela Prefeitura. Durante a visita  
243os conselheiros se reuniram com os técnicos e agentes socioeducativos, que  
244relataram várias situações, que serão abordadas no relatório. Salientou que durante a  
245visita, antes mesmo de conhecer todas as instalações da unidade, puderam constatar  
246que todas as denúncias citadas no processo, por si só, já tornaria o Centro  
247incapacitado de receber mais adolescentes. Segundo o conselheiro, a chuva apenas  
248agravou a situação já existente. Relatou que durante a transferência por causa da  
249chuva, 06 adolescentes ficaram alojados em cadeia pública de Caratinga,

250caracterizando uma situação irregular. Informou que a média de adolescentes em  
251cumprimento de medida tem sido variado entre 106 e 125, sendo que a capacidade é  
252de 80 (40 internação e 40 internação provisória). Contudo, na ocasião da visita a  
253lotação era de 76 adolescentes. Hudson Lino informou que uma área do Centro que  
254se incendiou há cerca de um ano permanece do mesmo jeito, e com colchões no chão  
255dos alojamentos. Em sua opinião, o Centro tem total condição de passar por uma  
256reforma e se adequar ao SINASE, de forma a garantir o atendimento em conformidade  
257com o princípio da proteção integral. Ressaltou que a Secretaria de Defesa Social tem  
258plena condição de sanar algumas questões pontuais para atender melhor os  
259adolescentes. Constatou a existência de cheiro fétido no entorno da unidade devido a  
260acúmulo de lixo, e o relato de adolescentes e funcionários da existência de insetos.  
261Foi dito que foi prometida construção de uma estação de tratamento de água próximo  
262a unidade, mas que, ao que parece demorará para acontecer. Como ponto positivo  
263ressaltou a mudança na empresa de fornecimento de alimentação ao Centro para  
264outra muito melhor, e a unidade agora conta com nutricionista e a comida é de boa  
265qualidade. Concluiu que a ideia era entregar o relatório hoje, contudo, as duas  
266conselheiras que integram a Comissão não puderam vir e concluir a parte escrita com  
267ele. Informou que foram tiradas várias fotos da unidade, que serão anexadas ao  
268relatório da Comissão Especial, a ser encaminhado ao CEDCA/MG. Seguindo na  
269abordagem da temática Centro Socioeducativo São Francisco de Assis foi concedida a  
270palavra ao Promotor de Justiça, Dr. Gustavo Leite. Iniciou sua fala prometendo ser  
271breve no relato da situação, de forma a complementar o conteúdo do ofício lido em  
272plenária do CAO-IJ/MG (Dra Andreia Carelli) e a fala do conselheiro Hudson Lino.  
273Afirmou que a situação do Centro Socioeducativo é mesmo grave e coaduna com tudo  
274o que foi dito aqui. Informou que acompanha a execução das medidas  
275socioeducativas na região, atuando como coordenador regional desde 2007. Exerce a  
276função legal, sendo dever do Ministério primar pela execução da medida  
277socioeducativa em sua exata eficiência. Relatou que já somam vários anos de  
278inspeções e tentativas de diálogos tentando sanar as graves questões citadas que  
279envolvem a referida unidade. Não há investimento adequado de recursos humanos e  
280equipe técnica (educadores), a situação de mobilidade é precária com a existência de  
281apenas dois veículos (sendo que um está sem condição de uso devido a situação ruim  
282dos pneus). Ressaltou que desde o tempo do Dr. Ronaldo Pedron tentava a via do  
283diálogo para implementação de uma política de atendimento efetiva voltada aos  
284adolescentes, mas sempre sem a resposta adequada. Desta vez, afirmou: “não teve  
285mais jeito, a situação fugiu do controle e caminhou para a via judicial”. Disse que  
286precariedade sempre existiu, citando falta de água constante, necessitando inúmeras  
287vezes de abastecimento por caminhão-pipa, e os adolescentes sem tomar banho por  
288dias. Constatou a presença de adolescentes em celas fétidas, insuportáveis a  
289qualquer ser humano permanecer, isto, porque não há pressão suficiente para que a  
290água chegue ao Centro, e, acontece o desabastecimento até que se possa modificar a  
291rede de esgoto (tubulação) e colocar uma bomba no início do bairro. “Uma situação  
292que era insuportável em anos anteriores, ficou trágica nos dias de hoje”. Em seu  
293entendimento, a unidade não apresenta nenhuma condição de deflagrar um processo  
294de subjetivação visando a melhoria desses adolescentes, e a perspectiva é zero em  
295relação ao aperfeiçoamento de suas potencialidades. Disse que com qualquer pessoa  
296que se converse no Centro, funcionários, técnicos, agentes, a metodologia é de  
297improvisação do Regimento Interno no atendimento. Os adolescentes não conhecem  
298o Regimento Interno, desconhecendo com isto os seus direitos e deveres. Relatou que  
299a equipe técnica não cumpre o PIA (Plano Individual de Atendimento) que deveria ser  
300construído individualmente com cada adolescente e sua família. Ressaltou que muitas

301vezes o contato com a família na construção do PIA se dá apenas via telefone. Não há  
302apoio financeiro do Estado no apoio aos municípios para viabilizar a visita das famílias  
303aos adolescentes, que ficam meses sem contato com os familiares. Disse que não há  
304interlocução do Estado com os municípios, especialmente na fomentação do meio  
305aberto, e, realmente custa caro construir uma unidade nova (13 milhões). Então, é  
306preciso planejamento e eficiência na execução da medida socioeducativa, visto que os  
307índices de reincidência na infração estão crescendo. Só não é maior, porque muitos  
308deles ficam fora da estatística pois a reincidência acontece após a maioridade (18  
309anos). Defendeu a necessidade de mudança de paradigma para vencer o apelo social  
310pelo encarceramento. O sistema socioeducativo já não atende bem 80 adolescentes,  
311quanto mais 125, em caso de superlotação. Há constatação de tratamento desumano  
312e vexatório, em que quatro adolescentes cumprem medida em alojamento onde  
313deveriam estar apenas dois. Coloca-se três colchões juntos no chão, onde dormem  
314quatro adolescentes de forma improvisada e inadequada. Outra deficiência no  
315atendimento se dá com a falta de atividades recreativas e esportivas, segundo o  
316Promotor, os adolescentes permanecem até 20 horas trancafiados nas celas, e a  
317única atividade é assistir televisão, e o programa mais assistido é o “Cidade Alerta”.  
318Disse que as providências necessárias foram tomadas com o ajuizamento da ação  
319civil pública, cabendo ao poder judiciário chegar a conclusão deixando o Centro  
320funcionar, ou entender que o Ministério Público tem razão ao interdita-lo. Finalizou  
321dizendo que todos precisam se conscientizarem de que mudanças precisam ser feitas,  
322tais como: fomento das medidas em meio aberto na região e a construção de mais um  
323Centro Socioeducativo, com metodologia de atendimento e arquitetura em  
324conformidade com o SINASE. Logo após foi concedida a fala à conselheira Elaine  
325Rocha Maciel e Superintendente de Gestão das Medidas Privativas de Liberdade da  
326SEDS-SUASE. A conselheira informou que a situação de dificuldade e transtornos  
327citados pelo conselheiro Hudson no último mês se deu em decorrência das fortes  
328chuvas que castigaram o município que sedia o Centro Socioeducativo São Francisco  
329de Assis - Governador Valadares. Informou que o acesso ao Centro é de inteira  
330responsabilidade da Prefeitura, que havia se comprometido em solucionar a questão,  
331pois, tão logo ocorreu a queda da ponte, a Direção do Centro acionou as autoridades  
332competentes no município. Ressaltou que a via pública é de total responsabilidade do  
333poder executivo municipal, que até o presente momento não cumpriram com o  
334acordado com a SEDS. Houve também articulação imediata com a CEMIG e com a  
335COPASA para retorno de energia e abastecimento de água. Ao se constatar a  
336iminente subida das águas que poderiam ter alcançado a unidade socioeducativa, a  
337direção imediatamente procedeu à retirada dos adolescentes, garantindo-lhes sua  
338segurança. Felizmente a água atingiu apenas o muro, e os adolescentes puderam  
339retornar rapidamente. Para que o atendimento aos adolescentes não ficasse  
340comprometido, caminhos alternativos foram criados, mesmo que a atribuição não  
341fosse do Estado. Com relação ao que foi dito sobre adequação do Centro ao SINASE,  
342ressaltou que especificamente este Centro Socioeducativo foi construído com recurso  
343federal (Secretaria Especial de Direitos Humanos - Coordenadoria do SINASE). Caso  
344algo estivesse fora dos padrões arquitetônicos previstos no SINASE eles jamais o  
345teriam aprovado. A obra, como todos devem ter conhecimento, passa por um rigoroso  
346controle antes de ser liberado o recurso para o Estado executar a obra, sem falar no  
347processo de prestação de contas do recurso. Diante do exposto não pode falar que o  
348Centro não atende ao disposto no SINASE. Esta unidade, como outras também  
349passam por dificuldades e desses entraves (água, luz, lixo nas proximidades), mas  
350que não dependem do Estado, mas de providências cuja responsabilidade é do  
351município. Com relação a superlotação informou que ano passado, o Centro atendeu

352mais do que a sua capacidade, pois, cada vez mais os juízes tem aplicado a  
353internação como a primeira medida a ser cumprida pelo adolescente. “Os juízes  
354encaminham os adolescentes independente de ter vaga ou não”. “Não há como  
355remanejar adolescente de uma região para outra”. “A gente sabe da superlotação, não  
356dá para esconder o deficit de vagas”. A conselheira afirmou que há planejamento  
357visando a criação de mais vagas, mas não há garantia de que seja suficiente, tendo  
358em vista que o oferecimento de vagas tem sido sempre menor ao crescimento da  
359demanda. Que o centro socioeducativo foi aprovado pelo CONANDA para receber 80  
360adolescentes, mas se determina juiz aplica a medida, não é possível recusar,  
361comprometendo com isto a qualidade do atendimento aos adolescentes. A unidade em  
362questão possui duas áreas separadas, sendo 40 internação e 40 internação  
363provisória, como prevê o SINASE - com área administrativa comum. Com relação as  
364saídas para tomar sol, não procede o que foi dito anteriormente, afirmando que 100%  
365dos adolescentes tomam banho de sol todos os dias e frequentam a escola formal por  
3664h diárias. Informou que na internação provisória, os adolescentes realmente não  
367frequentam a escola formal, dado o curto tempo do cumprimento da medida. Contudo,  
368a maioria dos adolescentes que vão para a unidade cumprir a provisória acabam  
369ficando para o cumprimento da medida privativa de liberdade. Afirmou que o plano de  
370aula é o mesmo das demais escolas estaduais existentes fora do Centro. Falou das  
371atividades externas que os adolescentes desfrutam no contra-turno escolar, com  
372metodologia da Secretaria de Estado da Educação, com previsão de atendimento a 22  
373adolescentes que frequentam curso profissionalizante fora da unidade (Projeto Se  
374Liga). Ainda que 20 adolescentes vão à Arena (jogos) promovidos com outras  
375instituições e com adolescentes da semiliberdade. Informou da ida dos adolescentes  
376ao planetário e diversas atividades culturais e sociais. Disse que ainda não é o que se  
377deseja, mas deve-se ficar registrado que as atividades existem. Na rotina do Centro  
378existe o “Projeto Superação” (ONG Projeto de Peito Aberto) especializada em  
379esportes. Além disto os adolescentes participam de mesa de pingue-pongue e totó,  
380em convênio da SEDS com uma OSCIP. Também há oficinas de música, horta e corte  
381de cabelo. Relatou que há consolidado do conteúdo dos PIA's (Plano Individual de  
382Atendimento) para levantamento de indicadores por amostragem de cada unidade,  
383que é estudado como diagnóstico da situação estrutural da unidade com vistas à  
384melhoria do atendimento. De posse dessas informações são desenvolvidas as  
385capacitações de equipe e de direção. Afirmou que a metodologia de atendimento aos  
386adolescentes é toda individualizada, e não contam tanto com o apoio dos familiares  
387por falta de recurso e/ou interesse em visitar os adolescentes. Com relação a parte  
388estrutural (banheiros) houve reforma na parte hidráulica e elétrica. Finalizou dizendo  
389que o Centro conta com uma Diretora e uma equipe técnica compromissada com o  
390trabalho lá desenvolvido. Encerradas as falas informativas sobre esta matéria foi  
391proposto o seguinte encaminhamento: Que o coordenador da Comissão de Medidas  
392Socioeducativas, Raymundo Rabelo Mesquita proceda a chamamento para reunião  
393em que este assunto seja pautado e tratado em profundidade, e, a Comissão  
394apresente proposta que subsidie a plenária do CEDCA/MG em tomada de decisão  
395final. Proposta acatada pela unanimidade dos conselheiros presentes, na forma e  
396termos regimentais. Logo após a Presidente passou ao próximo ponto da pauta -  
397**Plano de Ação 2014**, solicitando que conselheiro Ananias Neves Ferreira discorresse  
398sobre a matéria. Ele informou que o referido Plano de Ação já foi publicado,  
399possibilitando que os conselheiros possam trabalhar com projeções para este ano. Na  
400verdade foram feitas pequenas adequações, com inclusão de ações a partir do Plano  
401de Ação 2013 com as planilhas de projeção de custo. Contudo, nada impede que  
402algum conselheiro queira incluir ações que acharem pertinente. Informou que foi



403 publicado também o calendário das plenárias até o final do ano. Ambos estão no site  
404 do Conselho para conhecimento de seu inteiro teor. Houve questionamento com  
405 relação a publicação destes expedientes sem passar pelo plenário, sendo  
406 apresentado para referendo somente depois. Ananias Neves Ferreira respondeu que  
407 os Planos devem ser aprovados no final de cada ano, sendo que o de 2015 já devia  
408 ser elaborado pelos conselheiros para apreciação no final de 2014. “Como este  
409 CEDCA/MG só funciona em caráter de excepcionalidade, ressaltou, matérias urgentes  
410 ficam por fazer e com prazos sempre apertados”. **Encaminhamento:** Envio do Plano  
411 de Ação 2014 publicado a todos os conselheiros (por e-mail) para que possam estudá-  
412 lo, e, caso queiram, sugerir ações complementares. Com relação ao outro ponta da  
413 pauta: **Plano de Aplicação de Recursos 2014**, o conselheiro informou que ainda não  
414 foi feito devido a ausência dos percentuais a serem aplicados em cada meta/ação.  
415 Esta tarefa é da Comissão de Orçamento e Finanças. Na sequência, a Secretária-  
416 Geral do CEDCA/MG Andreia Cristina Barreto se manifestou informando que o Plano  
417 de Ação 2014 foi pautado na plenária de dezembro 2013, contudo, somente o  
418 conselheiro Ricardo Zadra encaminhou contribuição por e-mail, como ficara acordado.  
419 Em seguida a Presidente abordou o próximo item da pauta: **Federalização da**  
420 **Educação Básica** (PEC 32/2013). O assunto não foi discutido em plenária, apenas  
421 informado do que se trata e encaminhada matéria para aprofundamento na Comissão  
422 de Políticas Públicas. Esta PEC altera o art. 211 da Constituição Federal para  
423 determinar que cabe à União o financiamento da educação básica pública, com  
424 padrão uniforme de qualidade, mediante garantia de carreira nacional dos  
425 profissionais da educação básica pública e serviços educacionais. Foi solicitado que  
426 os conselheiros procedam à leitura prévia desta PEC (antes da reunião da Comissão),  
427 para otimizar os trabalhos. Ananias Neves Ferreira ressaltou que não podemos  
428 permitir que nenhuma norma viole os direitos de crianças e adolescentes, neste caso,  
429 a educação infantil no estado. O conselheiro **José Ismar da Costa** sugeriu aos  
430 **conselheiros da CPP** que estudem também o **Plano Decenal de Educação**, que  
431 prevê, dentre outras coisas, o fim do financiamento das creches. Proposta acatada.  
432 Avançando na pauta, Eliane Quaresma Caldeira de Araújo passou ao item: Lei  
433 Estadual nº21.163/2014. Foi informado o recebimento da Nota Técnica do CAO-IJ/MG  
434 discorrendo sobre esta matéria - Lei Estadual nº21.163 de 17/01/2014 que dispõe  
435 sobre o mandato de conselheiros tutelares de municípios do estado de Minas Gerais.  
436 A Subcoordenadora do CAO-IJ/MG - Paola Domingues Botelho Reis Nazareth  
437 informou que notas técnicas são elaboradas sempre mediante constatação de  
438 demandas de consultas advindas do interior do estado. Neste, caso, a ideia é dar um  
439 norte aos promotores do interior, subsidiando-os e disponibilizando mais um material  
440 para que desempenhem seu trabalho. O assunto foi dirigido à Comissão de Apoio aos  
441 Conselhos Municipais e Tutelares para estudo mais aprofundado. Abordando o  
442 próximo da pauta, a Presidente perguntou se alguma Comissão Temática tinha  
443 informe a relatar. O coordenador da **Comissão de Orçamento e Finanças** informou  
444 que a comissão se reuniu, e a principal atividade foi análise de projetos; os mesmos  
445 que foram aprovados nesta sessão plenária. Informou que está aguardando resposta  
446 de ofício encaminhado à SEDESE - Subsecretaria de Direitos Humanos, em que  
447 foram solicitadas informações orçamentárias, dados que subsidiarão a Comissão na  
448 prestação de contas do exercício de 2013 em plenária, e também conhecer (e  
449 apreciar) os valores da receita orçamentária e financeira contidas no orçamento de  
450 2014, com vistas a elaboração do plano de Aplicação de Recursos do referido ano.  
451 Solicitou ao gestor as seguintes informações: Exercício de 2013: Execução  
452 Orçamentária e Financeira dos recursos destinados à Unidade Orçamentária: 4091 -  
453 Fundo da Infância e da Adolescência - FIA. Exercício de 2014: Execução

454Orçamentária e Financeira dos recursos destinados à Unidade Orçamentária: 4091 -  
455Fundo da Infância e da Adolescência - FIA. Solicita-se: receita prevista e arrecadada  
456por fonte de recurso; valores de receitas de todas as fontes transferidos do orçamento  
457de 2013 para 2014, posição financeira em 31/12/2013, em 31/01/2014 e até  
458Fevereiro/2014; despesa prevista, atualizada, realizada/paga em 2014 até janeiro.  
459Finalizando Ricardo Zadra informou que foi discutido na Comissão o resgate de  
460situação de projeto de recurso da Petrobras, cujo referendo não foi aprovado pelo  
461CEDCA/MG e o recurso continua constando como receita. Logo após o coordenador  
462da **Comissão de Apoio aos Conselhos Municipais e Tutelares**, Jose Ismar da  
463Costa procedeu a leitura do relatório da reunião realizada ontem, destacando os  
464tópicos da pauta da comissão: “Análise de Ofícios recebidos; apreciação da proposta  
465elaborada pelo Grupo Gestor de minuta de Resolução conjunta entre a SEDESE e o  
466CEDCA/MG para a Criação do Grupo Gestor da Escola de Conselhos, conforme  
467decidido em reunião conjunta da Comissão de Apoio aos Conselhos e Políticas  
468Públicas do dia 23.08.2013; discussão sobre a inscrição de comunidades terapêuticas  
469nos CMDCA's, e a Lei do CEBAS; Ofícios; e-mails e informes”. O coordenador relatou  
470que a Comissão apreciou o ofício do CMDCA de Joanésia, e seus anexos, datado de  
47116 de dezembro (entregue à Comissão pelo Conselheiro Hudson Roberto). Seu  
472conteúdo foi discutido e proposto o encaminhamento de ofício em resposta, cujo  
473conteúdo resumido é o seguinte: “esclarecer que o CEDCA/MG não é uma instância  
474recursal, e que os fatos devem ser encaminhados ao Ministério Público. Sugere-se  
475que seja obedecida a Lei Municipal, que não há como se proceder a prorrogação de  
476mandato, mas que seja exercido um mandato tampão até que sejam dirimidas as  
477questões que venham impedindo o processo de escolha da sociedade civil para o  
478CMDCA. Que se registre o seu regular funcionamento na Secretaria Executiva do  
479CMDCA, com as faltas dos membros do Conselho, registro, guarda e publicação de  
480atas. Finalizou a orientação citando as resoluções do CONANDA e do CEDCA/MG  
481que tratam do assunto. Falou também que a Comissão discutiu o registro anual, mês a  
482mês, das consultas e dúvidas dos municípios atendidos pela Comissão referente a  
4832013. Esta discussão contou com a participação da Superintendente Jailane Silva,  
484sendo proposto que ele sirva como referência para os trabalhos Escola de Conselhos  
485e para SEDESE. Esse conteúdo, de perguntas e repostas, servirá de base para a  
486elaboração de documento a ser disponibilizado no sítio da SEDESE, o que evitará  
487recorrentes consultas sobre o mesmo assunto, tais como jornada de trabalho e  
488remuneração de conselheiros tutelares. Foi citada consulta feita à Assessoria Jurídica  
489da SEDESE com relação a esta matéria. José Ismar propôs que o CEDCA/MG  
490publique uma resolução orientando sobre jornada de trabalho, plantões noturnos,  
491plantões de fins de semana e durante feriados. Outro assunto abordado foi a  
492discussão sobre a inscrição de comunidades terapêuticas nos CMDCA's. A servidora  
493Marta Silva apresentou nota Informativa aos conselheiros, relatando verbalmente seus  
494principais pontos. O coordenador acrescentou que além da temática comunidades  
495terapêuticas, o CEDCA/MG precisa pautar o financiamento para as creches, haja vista  
496a perspectiva de que no Plano Decenal da Educação será extinto o repasse do  
497FUNDEB para a Educação Infantil. Sugeriu que fosse encaminhado expediente à  
498Secretaria de Estado de Educação para esclarecimentos dos impactos de tal fato para  
499a educação infantil e fundamental. Sugestão não acatada naquele momento. Ainda  
500que o CEDCA/MG solicite aos conselhos estaduais de Educação, Antidrogas e  
501Assistência Social e ao Ministério Público, que com o Conselho Estadual sejam  
502realizados estudos visando a **elaboração de uma resolução conjunta** disciplinando  
503a inscrição de comunidades terapêuticas em Conselhos de Direitos da Criança e do  
504Adolescente, tendo em vista aquelas entidades prestadoras de serviços para crianças

505e adolescente. Recomendado ainda que o **CEDCA/MG promova um seminário** para  
506avaliar a política estadual sobre drogas e a situação da dependência e da violência  
507gerada pelas drogas além de seus impactos para as crianças e adolescentes. Em  
508relação a resposta ao Conselho de Três Corações que consultou o CEDCA/MG sobre  
509o assunto, ficou definido que a Comissão de Apoio aos Conselhos Municipais e  
510Tutelares recomende ao CMDCA que não processe a inscrição da Comunidade  
511Terapêutica naquele Conselho, até que sejam sanadas as dúvidas em torno do  
512assunto pelo CEDCA/MG, o que nada impede que realize a inscrição de programa da  
513entidade no Conselho. Sobre a minuta de resolução a ser apreciada pela Comissão  
514para tratar do Grupo Gestor da Escola de Conselhos, Jailane Silva esclareceu que o  
515Grupo Gestor não havia elaborado o documento em tela, e propôs que fosse acordado  
516um calendário de etapas e atividades a serem cumpridas, e na plenária do mês de  
517março a proposta fosse analisada. Este cronograma já foi lido no início desta sessão  
518plenária durante o relato da Superintendente. O coordenador ressaltou a importância  
519em proceder esses encaminhamentos, especialmente aqueles com interface com a  
520Comissão de Políticas Públicas. Neste instante, Andreia Barreto interveio para  
521informar que a Comissão de Políticas Públicas encontra-se sem coordenador e sem  
522técnico, inviabilizando seu funcionamento. Falou que levará o assunto para discussão  
523na reunião de Diretoria Executiva (Mesa Diretora). Informou que praticamente todas  
524as Comissões estão com coordenadores da sociedade civil, comprometendo a  
525paridade. Neste instante, **Eliane Quaresma Caldeira de Araújo** interveio e solicitou  
526sua **transferência** da Comissão de Apoio aos Conselhos Municipais e Tutelares para  
527a **Comissão de Políticas Públicas**, se prontificando a assumir a **coordenação**. A  
528proposta foi acatada por todos. Na sequência a Presidente informou o próximo ponto  
529de pauta - Resolução nº1466/2013 - CEAS/MG e passou a palavra à Ananias Neves  
530Ferreira. O conselheiro informou que o grupo de trabalho que discutirá a matéria já  
531está criado e se reunirá em breve. Como na próxima semana é carnaval, a Diretoria  
532vai se reunir após o feriado estabelecendo o calendário de reuniões. Será objeto de  
533estudo deste mesmo grupo, a resolução nº56/CEDCA/MG citada pela conselheira  
534Maria Juanita Godinho Pimenta, com a participação do CEAS. Próximo ponto da  
535pauta: **Criação de Comissão Intersetorial do Plano Decenal** (Resolução  
536nº161/CONANDA). Ananias Neves Ferreira informou que se trata de resolução  
537publicada em dezembro de 2013 que estabelece parâmetros para discussão,  
538formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do  
539adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os  
540princípios e diretrizes da Política Nacional Decenal de Direitos Humanos de Crianças  
541e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal  
542dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. A resolução determina que o  
543Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá criar Comissão  
544Intersetorial para discussão e elaboração do Plano Decenal dos Direitos de Crianças e  
545Adolescentes, composta por representantes de diversos órgãos/entidades/fóruns  
546afetos a área. Esses Conselhos de Direitos terão o prazo de 12 meses a contar da  
547data da publicação desta resolução para elaborarem e deliberarem seus respectivos  
548planos decenais. Não houve encaminhamento relativo a esta matéria, ficando  
549pendente a criação da comissão intersetorial. Já caminhando para o encerramento da  
550reunião, o conselheiro Hudson Lino pediu a palavra para informar que o CONANDA já  
551tem nova Presidente eleita, a mineira Miriam Maria Jose dos Santos retornou à  
552Presidência. Na sequência Ananias Neves Ferreira informou do recebimento de  
553expediente do Ministério Público convidando a participar da 1ª reunião do recém-  
554criado “Fórum Permanente de Atendimento do Sistema Socioeducativo de Belo  
555Horizonte”. Para tanto, o CEDCA/MG indicará um conselheiro para participar,

556preferencialmente, da comissão de medidas socioeducativas. Foi sugerido o nome do  
557coordenador, Raymundo Mesquita, mas não houve aceitação por parte do conselheiro  
558naquele momento. Ainda nos informes, Ananias Neves Ferreira falou rapidamente de  
559fato ocorrido com 02 (dois) adolescentes cumprindo medida protetiva em instituição de  
560acolhimento, em descompasso com o superior interesse da criança. Citou o relato de  
561dois adolescentes que mesmo estando abrigados foram algemados durante  
562comparecimento em audiência. Ressaltou a necessidade de que o fato seja apurado,  
563para que não se abra precedentes. Logo após, o conselheiro Ananias Neves Ferreira  
564informou o recebimento do ofício 001/2014 do Fórum de Abrigos de Belo Horizonte,  
565discorrendo sobre situação afeta a política de atendimento e acolhimento institucional.  
566O Fórum de Abrigos é representado pelos dirigentes de instituições de acolhimento  
567institucional que atendem crianças de 0 a 6 anos. Devido ao adiantado da hora, não  
568procedeu à leitura do expediente, mas solicitou que a discussão fosse remetida à  
569Comissão de Políticas Públicas. Na sequência Eliane Quaresma Caldeira de Araújo  
570informou que acontecerá no próximo dia 22/02/2014 (de 15 às 19h) a Campanha  
571Proteja - Carnaval 2014. Uma ação da SEDESE em parceria com SERVAS, APAE,  
572Prefeitura Belo Horizonte. Na oportunidade convidou todos a participar. A Presidente  
573do CEDCA/MG Eliane Quaresma Caldeira de Araújo, verificando que mais nada havia  
574a tratar nem a deliberar, declarou encerrada esta sessão plenária ordinária, da qual,  
575foi lavrada a presente ata que após aprovação será assinada por todos os  
576Conselheiros na forma e termos regimentais.